

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 26.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 26 de abril de 1971 — (Segunda-feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

As 17.00 horas, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Rorário Pite'li, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsári Neto, Candido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os srs. deputados: Wilson Brandão, Domicio Scaramella, Arizone Araújo, Arthur de Souza, David Federmann e Pinto Dias (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 123-70, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 23-69, de autoria do Dep. Sílvio Barros, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Terra Boa a Cianorte. — Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir o Projeto). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Para discutir a matéria em pauta, queremos, sr. Presidente, suscitar, se a isso S. Exa. se dignar, um pronunciamento da eminente liderança da

assentada uma orientação para a matéria. Temos visto em andamento por esta Casa diversos Projetos da mesma natureza, essa transferência para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, de estradas que possivelmente pertenciam aos municípios a sua conservação, e da qual se pede a transferência para o Departamento de Estradas de Rodagem.

Há em tramitação nesta Casa diversos Projetos desta natureza. Nosso apêlo desta tribuna, é para que não se julgue diferentemente os Projetos. Se a maioria realmente pretende negar ao Deputado ou ao Município que solicita a transferência para o Departamento de Estradas de Rodagem da conservação da estrada, conforme foi solicitado e aprovado pela Casa, para que, já na Comissão de Constituição e Justiça se estabeleça como que uma jurisprudência em torno da matéria, e não percamos tempo aqui em aprovar leis que serão vetadas, e depois iremos rejeitar o Projeto que aprovamos anteriormente. Então, tomo a liberdade de conclamar a Casa, para que firmemos, em definitivo, sobre esta matéria, uma decisão que nos sirva de orientação em todos os casos. A proposição visa transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem e é de autoria do deputado Sílvio Barros, Projeto este que deu entrada nesta Casa no ano passado, e foi aprovado por esta Casa. Em minhas mãos tenho dois Projetos quase idênticos a este, e estamos observando a entrada pela Casa de Projetos da mesma natureza.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Cumprimento V. Exa. pela atenção, pois este Projeto estava passando despercebido de minha parte.

Quero ressaltar a importância do alertamento de V. Exa. está fazendo através de sua exposição. Isto prova que não há planejamento rodoviário no Estado do Paraná. Transfere-se as estradas para o DER, tira-se do Município, sem que se dê ao Departamento condições financeiras para atender essas estradas.

O ideal seria um plano único. O nobre Deputado está com toda a razão. Seria importante que a Casa se pronunciasse de outra forma a respeito deste Projeto e voltasse para estudo amplo. Na região onde vivo, as estradas foram transferidas para a conservação do Estado há dez ou quinze anos. O que acontece? Nem o Estado e nem o Município cuidam delas. O Estado porque não tem recursos, e o Município, alega que a estrada é do Estado.

V. Exa. tem toda a razão.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Realmente, V. Exa. está abordando assunto que merece toda a atenção. Gostaria apenas de dizer ao nobre Deputado que o veto aposto a este Projeto não é porque seja deste ou daquele Deputado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não disse isto.

O sr. João Mansur — Parece que entendi um ex-colega...

O SR. MUGGIATI FILHO — Disse que o Projeto é de autoria do sr. deputado Sílvio Barros, não fiz essa referência e nem tive intenção de fazer isto.

O sr. João Mansur — Eu me enganei. Gostaria de dizer ao Deputado que tive Projetos de minha autoria, neste sentido, vetados.

O deputado Nivaldo Krüger colocou bem o problema. Esta Casa tem, comumente, através de diversos srs. Deputados, apresentado Projetos neste sentido, Projetos que não têm sido ouvidos pelo órgão competente, que é o DER, para ver se ele tem recursos para manter essa estrada.

As Comissões Técnicas da Casa é que deveriam analisar os Projetos antes de virem para a Ordem do Dia, para evitar que o Projeto seja aprovado e posteriormente sofra o veto do Poder Executivo.

Seria preciso que os srs. Deputados conscientizassem as Comissões Técnicas que, antes de dar o parecer ao Projeto, ouvissem o órgão técnico, o órgão que, em última análise, vai se manifestar para se saber se tem realmente ou não condições, senão acaba acontecendo o que disse o Líder da

bancada de V. Exa., que alguns Projetos de Deputados que contavam com o beneplácito do Governo passado, apresentaram projetos similares e nem o Município, depois, nem o Estado, se ocuparam, ou se interessaram pela manutenção daquela estrada, deixando os homens do interior, sem aquêlê benefício para o escoamento da sua produção. Todos os Projetos, antes de virem à Ordem do Dia, deveriam as Comissões ouvir os órgãos técnicos para ver da possibilidade do atendimento. De modo que me congratulo com V. Exa. por uma questão de praxe, de ética, e até declaro a V. Exa. que nossa bancada votará pela manutenção do veto, rejeitando o Projeto, que tóra de um Deputado ainda no Governo passado. — (Sem revisão do orador).

O sr. Muggiati Filho — Concedo o aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O sr. Erondy Silvério — Agradeço a V. Exa. a honra de me ter concedido o aparte, mas não concordo com o ponto de vista de V. Exa., nem com o ponto de vista do Líder do Governo nesta Casa, porque acho um cerceamento ao trabalho do Deputado, se vamos pré-estabelecer o que pode ser apresentado, o que pode ser aprovado, o que pode ser sancionado pelo sr. Governador. A função precípua dos membros dêste Poder é legislar sôbre matéria de interesse dos Municípios que representam e do próprio Estado e, não raras vezes, o Governador tem sancionado Projeto de Lei desta natureza, oriundos dêste Poder. Portanto, eu acho que se estabelecer previamente, ou que se deve consultar os órgãos do Governo para saber se devemos ou não apresentar nesta Casa Projetos de Lei, acho uma incongruência, um cerceamento à liberdade de ação do Deputado, data vênia a argumentação de V. Exa., que é eminentemente técnico; do ponto de vista técnico V. Exa. tem razão, e nós já estamos acostumados a observar em V. Exa. um Deputado que sempre se conduziu de uma forma estritamente dentro da legalidade; V. Exa. gosta de observar o Regimento Interno, a Constituição. Estamos de pleno acôrdo com o ponto de vista de V. Exa., mas esta Casa tem que legislar sôbre matéria que diz respeito a interesses do Estado, dos munícipes e dos municípios, e esta prévia consulta, como já disse, a meu ver é um cerceamento à liberdade de ação.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Tanto que o nobre deputado Erondy Silverio acho que não entendeu o meu aparte, que no meu aparte eu não disse que o Deputado, antes de apresentar o Projeto devesse consultar o Projeto na Comissão. A Comissão é que deveria ouvir os orgaos técnicos. O Deputado pode apresentar qualquer Projeto sôbre qualquer matéria, sem dar satisfação a qualquer órgão, mas a Comissão deveria ouvir os órgãos técnicos e daria seu parecer favorável ou contrario, sem que isto impedisse que o Deputado apresentasse o Projeto. Disse bem o nobre deputado Erondy Silverio, que o Governo tem sancionado alguns Projetos. O proprio Líder de sua bancada declarou que já houve casos em que o Governo sancionou, mas aconteceu aquilo que fôra dito pelo nobre deputado Nivaldo Kruger, que o Município, em face da sanção, quando aquela estrada passou a responsabilidade do DER, se desinteressou, e o DER, não tendo recursos, também não mais cuidou daquela estrada, que ficou sem dono.

Este foi o objetivo do meu aparte, nobre Deputado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Vou conceder o aparte ao nobre deputado Antônio Belinati.

O sr. Antonio Belinati — Ilustre deputado Muggiati Filho, nós temos recebido aqui a pauta das sessões mas, infelizmente nos, apesar de receber esta pauta, ficamos assim meio desorientados, porque vemos aqui "veto ao Projeto n.º tal", então devemos nos receber uma cópia do veto para saber qual a motivação que o sr. Governador encontrou para vetar um determinado Projeto de Lei. Porque recebendo-se uma cópia da justificativa do sr. Governador, nós possamos, quem sabe, com uma orientação melhor, votar pela manutenção ou contra o veto governamental. Inclusive, o relatório da CCJ deveria ser encaminhado para cada um dos srs. Deputados, porque nós encon-

tramos aqui, na mesma pauta, um Projeto para denominação de um ginásio em Firasselve. O Governador vetou este Projeto; nós não sabemos porque houve o veto, se esta pessoa é viva ou se já há outro ginásio com este nome. Então, como nós poderemos votar com imparcialidade um veto, sem que tenhamos aqui as razões que o levaram, desde a apresentação do Projeto até o veto. Era o aparte de solidariedade, nobre Deputado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Tem o aparte o deputado Sebastião Rodrigues.

O sr. Sebastião Rodrigues — Estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Exa., e os apartes que V. Exa. recebeu do Deputado Líder do Governo e do deputado Erondy Silvério.

Entendo que o ponto de vista técnico abordado pelo nobre Deputado, Líder do Governo e também pelo deputado Nivaldo Krüger, Líder da Bancada do MDB, tem a sua razão de ser, como também tem o ponto de vista esposado pelo deputado Erondy Silvério que, sobre outras coisas, não pretende deixar que se retire da esfera da Assembléia um Projeto de Lei desta natureza, porque o que temos notado é que se vai retirando da área do Poder Legislativo qualquer possibilidade até mesmo de legislar, contrariando assim a essência do Poder. Veja V. Exa., a interpretação estritamente técnica do Projeto, implicaria num aumento de despesas e seria, portanto, inconstitucional. O que temos é que procurar, nesta Casa, o espírito necessário a que ela tenha novamente o valor que tinha no passado, que volte a se pronunciar sobre os assuntos que inclusive foram retirados de sua alçada. E não lutar para que saia do nosso âmbito mais um assunto, porque senão, ficaríamos restritos, nesta Assembléia, a votar Projetos de declaração de utilidade pública e nada mais. Era o aparte. (Sem revisão do orador).

O SR. MUGGIATI FILHO — Tem o aparte o deputado Ivo Tomazoni.

O sr. Ivo Tomazoni — É tão somente para um esclarecimento.

O nobre deputado Antônio Belinati referiu-se, a que, recebendo a Ordem do Dia indicando as discussões da matéria constante para a sessão extraordinária, até tem cerceado o direito de conhecer as razões do veto. Ocorre, nobre Deputado, que com a distribuição da Ordem do Dia no avulso entregue aos srs. Deputados, a mesa mantém à disposição dos srs. Deputados, o processo que vai desde a apresentação do projeto até o Parecer das Comissões Técnicas, o envio também ao sr. Governador, para a sanção ou veto, e as razões do veto também constam do processo. Basta que o sr. Deputado se preocupe e, conhecendo a indicação da matéria que vai ser discutida, observar na Mesa o teor da justificativa do veto que irá ser apreciado.

Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte de V. Exa.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Devo dizer ao ilustre deputado Ivo Tomazoni que apenas abordamos este assunto com a preocupação única de dar assim a nossa colaboração. Com a distribuição da justificativa do veto, cada Deputado poderá se inteirar das razões que levaram o sr. Governador a vetar aquele Projeto de Lei. Temos certeza que seria um trabalho fácil, essa distribuição a cada parlamentar, dos vetos que esta Casa irá apreciar, daqui para a frente.

O sr. Ivo Tomazoni — Sr. Deputado, também foi com o intuito de colaborar que eu disse que os Projetos estão na Mesa, para que possam ser manuseados pelos Deputados.

O sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Só queria informar à Casa o seguinte: eu sou Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações. E fizemos um expediente à Secretaria de Viação e Obras Públicas, e ao Departamento de Estradas de Rodagem, exatamente pedindo as obras prioritárias do Estado do Paraná, para que nós pudessemos informar também, na Comissão, a situação em que se encontra, a acolhida que poderá ter aquele Projeto do Deputado, den-

tro do campo prioritário do Governo Estadual. Isto não val ocasionar que, se o Projeto não estiver no plano prioritário, a Comissão vá dar o seu parecer contrário. Mas apenas informar, vamos dizer que o Projeto apenas não está no plano prioritário. Obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Srs. Deputados, os apartes vieram efetivamente trazer melhores esclarecimentos ao Plenário e abreviar muito a discussão, por isso foi com muita satisfação que, embora numerosos, recebi todos os apartes. Aqui devo esclarecer o seguinte: primeiramente, com relação à matéria que constitui razões dos vetos; ela está contida em uma página e meia, neste Projeto, mas existem realmente Projetos em que o veto vem consubstanciado em dezenas de páginas, o que dificultaria, para a Casa, na Sessão, tomar conhecimento, através de todos os seus membros. Portanto, quando se trata de um Projeto em que a principal razão do veto é esta: (lê): "A negativa da sanção ao plano de lei em exame, decorre de informações prestadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem, considerando inoportuna a medida. Eis que as obrigações já assumidas pelo referido Departamento, não lhe permitem novos encargos, principalmente aqueles que demandam substanciais recursos financeiros. Aqui estão as razões do veto".

De modo que, realmente se existem razões ao deputado Ivo Tomazoni, também não faltam razões ao deputado Belinati, de que realmente a matéria às vezes pode trazer para nós, a dificuldade em nos decidirmos pelo voto. Mas acredito também que existam outros recursos regimentais e que, se observados, poderão os interessados atingir os seus objetivos. Agora, o ponto fundamental a que quero me referir e, respondendo ao aparte do nobre deputado Erondy Silvério, é o seguinte: Não sou apegado ao tecnicismo, porque acho mesmo que o tecnicismo, a tecnologia restrita é hoje aplicada ao lado do materialismo, no âmbito universal, em busca de objetivo que dizem respeito a quem os emprega. Acho que nós não podemos nos afastar da técnica em determinados instantes, mas, se a lei não for aplicada com um sentido humano, nunca teremos justiça. O que não pode haver é a insegurança, a duplicidade de decisões num caso, porque isto cria o que se chama de dois pesos e duas medidas. Não poderemos ter, nesta Casa, dois pesos e duas medidas. Há a exceção, mas acredito que devemos encontrar o rumo para evitar a enxurrada de Projetos desta natureza que são aprovados e, depois, pela própria Casa, rejeitados. É este o ponto fundamental a que quero chegar. Não se trata simplesmente de tecnicismo ou tecnologia; trata-se, isto sim, de legislarmos com sobra de razões para dizermos que não estamos sendo dúbios, que não estamos usando de dois pesos e duas medidas.

O sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou ouvindo atentamente a exposição de V. Exa. e quero discordar deste pensamento com que procura colocar em termos de dois pesos e duas medidas a posição que esta Casa estaria adotando ao aprovar Projetos de Lei, e depois rejeitá-los ao virem vetados do Executivo. Nobre Deputado, eu creio que a posição da Comissão de Constituição e Justiça, ou do Plenário, ao votar favoravelmente aos Projetos desta natureza, como este que V. Exa. está responsabilizando de uma estrada, a posição da Comissão e da Casa é pensar nos benefícios que se trará àquela região, assim como o fizeram os representantes daquela comunidade, ao apresentarem os Projetos. A Casa, em princípio, por muitos anos tem votado favoravelmente. Aprovadas tais proposições, muitas delas têm subido à sanção governamental. Outros Projetos têm sido devolvidos em branco e promulgados pela Casa. Agora, quanto ao aspecto tecnológico do estudo que se deve proceder da conveniência ou não da transferência da responsabilidade de uma estrada, creio que compete aos órgãos técnicos, ao Executivo. Se o Governo sancionar o Projeto, muito bem. Se ele devolver a esta Casa o Projeto vetado, esta Casa tem por obrigação fazer um estudo das razões pelas quais o Projeto foi vetado. Se o Poder Executivo sancionar uma determinada lei e vetar outra, neste caso haverá dois pesos e duas medidas por parte do Executivo e não por parte da Casa. Se a

Casa entender que isto está ocorrendo, terá condições de corrigir os dois pesos e as duas medidas.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. concorda que pode existir.

O sr. Igo Losso — Quero dizer que, se o veto não apresentar razões suficientes para convencer a Casa, deve então ser derrubado, mas se as razões pelas quais o Executivo apresentou o veto são convincentes, a Casa deve mantê-lo. Pode aprovar considerando o aspecto técnico de uma determinada rodovia, de uma determinada estrada.

No entanto, a tantos quilômetros, a cem quilômetros, à duzentos quilômetros, pode ser que aquela outra rodovia não tenha as mesmas condições, as mesmas possibilidades que tem esta estrada.

Portanto, a matéria é bastante ampla e enseja estudos diferentes, porque se apresentaram em regiões diferentes.

Porisso então, é que acho que, quando ao mérito, a Casa pode analisar, e manter, ou não, o veto.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte do ilustre deputado Igo Losso, e desejo esclarecer, também, o seguinte: não abordei propriamente o mérito da questão, mas sim, a maneira pela qual a Casa deve legislar, ou deveria legislar. Porque continuo entendendo que, se o Poder Judiciário, no sentido de abreviar seu trabalho para ter mais tempo, para meditar mais sobre aquilo que realiza, para ter mais sobra de tempo para estudar o processo, para proferir julgamentos que visem, realmente, o grande objetivo da Justiça, ele procura, à cada dia que passa, consubstanciar a aplicação da lei através de uma súmula adotada pelo Supremo Tribunal Federal, fazendo isso principalmente com o objetivo de evitar questões oriundas do conflito de jurisprudência que gera questões. Então, V. Exa. há de convir que na legislação de lei deve haver um rumo que, eu acredito, possa ser errado; mas penso assim, estou convencido assim, no sentido de que esta Casa quando entender que o Projeto está certo, ela, a não ser atendendo razões que não houvessem sido cogitadas, a motivos novos, a fatos novos, a questões novas de Direito, ela deve manter a sua legislatura, o seu poder legislativo. Não podemos ficar a nos orientar pelo Poder Executivo, porque, então, esta Casa perderá sua independência insólitamente baseada na existência do poder. Nós somos um órgão de poder independente, embora devamos manter as mais harmonicas relações com o Poder Executivo e com o Poder Judiciário.

Então, o que estou pretendendo aqui, é única e exclusivamente isso. Não estou dizendo, não estou discutindo as razões de ser desse Projeto, se uma estrada deve ficar sujeita ao DER, ou não. Isto é matéria vencida. A Assembleia Legislativa achou que sim, o sr. Governador do Estado, através de seu poder de vetar, achou que não. Este é o caso. A matéria é vencida.

Então, para que não tenhamos que tripudiar, nesta Casa, sobre matéria vencida, é que devemos buscar uma orientação.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Exa., porque entendo, como todos os outros que V. Exa. tem proferido, bem fundamentado, e, sobretudo, preocupado com o bem estar do Poder Legislativo e com a seriedade que deve caracterizar os trabalhos desta Casa.

Mas discordo de V. Exa. apenas num ponto. Entendo que projetos desta natureza muitas vezes são vetados por razões técnicas, por razões orçamentárias. Mas, outros Projetos da mesma natureza, como tem acontecido, podem ser perfeitamente sancionados. E nós não podemos, como sugere V. Exa. — acredito — adotar uma jurisprudência para um caso desta natureza, se a Casa aprovaria o Projeto, estadualizando a estrada, ou não aprovaria, porque algumas estradas merecem ser estadualizadas; outras, quem sabe, o motivo de sua apresentação não corresponde à necessidade real à sua estadualização.

Concordo com V. Exa. quando prega a coerência da Casa, no sentido de aprovar o Projeto e derrubar o veto. Entretanto, às vezes falta a esta Casa

conhecimento perfeito das razões que levariam S. Exa. o sr. Governador a apôr um veto em Projeto dessa natureza. E acredito que a intervenção do Líder da bancada do governo, deputado João Mansur, aceita e acatada sua sugestão, virá derrubar êsse argumento, porque o Deputado não terá cerceado seu direito e sua liberdade na apresentação de Projetos, mas as Comissões técnicas ouvirão os órgãos técnicos do governo e virão os Projetos, para êste Plenário, com um Parecer fundamentado, que será aceito ou não pelo Plenário da Casa.

Gostaria ainda, se V. Exa. permite, escusando-me pelo tempo que tomo no seu brilhante discurso, de concordar com o aparte do deputado Belinati, quando diz que esta Casa tem votado matéria e, sobretudo, tem votado vetos sem perfeito conhecimento daquilo que se vota. O deputado Ivo Tomazoni, com muita propriedade, disse que os Projetos ficam à disposição dos Deputados. Realmente, isso ocorre, entretanto, se formos examinar, analisar cada Projeto e cada veto, das duas uma, ou ficaríamos aqui lendo os Pareceres e razões dos vetos e Projetos e não poderíamos prestar atenção a outros trabalhos da Casa, ou então, não cumpriríamos bem as funções de legisladores.

Quem sabe, é uma sugestão à Mesa, a entrega da Ordem do Dia aos Deputados fôsse feita com mais antecedência. Porque, até agora, temos recebido a Ordem do Dia na hora em que se inicia a sessão, e só então, podemos tomar conhecimento daquilo que vamos votar e discutir.

Agradeço a V. Exa. a permissão para o aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço a V. Exa. o aparte e, por uma questão de justiça para com a Mesa e administração da Casa, devo dizer que, eventualmente, tem chegado ao gabinete da 3a. Secretaria a Ordem do Dia pela manhã. Isso é um benefício que a Casa tem proporcionado e deve, também, proporcionar aos Deputados que podem, com antecedência, tomar conhecimento dos Projetos em pauta e se interessar por alguns esclarecimentos que julgar necessários.

Nesse caso, é fácil de se ver as razões do veto, mas, em outros casos, será puramente impossível que a Casa tome conhecimento e se inteire do assunto, em questão de minutos.

Mas, para esclarecer o aparte do ilustre Deputado, gostaria de dizer que não estou defendendo aqui também a exclusão de Projetos dessa natureza, das atribuições da Casa. Estou procurando ressaltar a necessidade de que esta Casa tome um caminho com relação a Projetos dessa natureza para que, quando saia daqui aprovado pelo Plenário, salvo motivo excepcional, não seja rejeitado depois de aprovação, porque isso coloca em dúvida a seriedade com que devemos legislar.

Estou de pleno acôrdo com o que diz o deputado João Mansur, de que as Comissões devem solicitar essas informações, embora isso, por vêzes possa, até certo ponto, subordinar o andamento dêsses Projetos aos interesses do Poder Executivo.

Mas afinal, quem irá executar a lei? Quem irá cumprir a lei? Será o Poder Executivo e, se não tiver condições, não adianta.

Era o que queria dizer, porque justiça dúbia não é justiça.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Irei talvez, com meu aparte, abusar da boa vontade de V. Exa., porque o assunto que irei tratar é completamente diferente daquele que V. Exa. traz a debate. Mas é um assunto que interessa não só esta Casa como ao povo paranaense.

Gostaria, aproveitando esta oportunidade, de transmitir a esta Casa que já se encontram no Poder Legislativo as Mensagens do Executivo majorando os vencimentos dos três Poderes, da Polícia Militar e outra Mensagem para o Magisterio.

Se o faço nesta oportunidade é em razão do compromisso que assumi com a bancada do PSD quando fiz um apêlo da retirada da Mensagem com 20% no que fui atendido.

É com satisfação que transmito, para conhecimento de todos, o encaminhamento dessas duas Mensagens dando cumprimento àquilo que havia me comprometido desta tribuna. Muito obrigado e desculpe interromper o seu discurso.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu é que agradeço e, principalmente, devo dizer que foi uma honra encontrar-me na tribuna e receber, através de aparte proferido pelo eminente Líder da maioria, a notícia que, inegavelmente vem ao encontro, acredito, das aspirações de toda esta Casa e, acima de tudo, vem demonstrar que a liderança de V. Exa. tem um devotado e um acendrado espírito cívico para com os compromissos que V. Exa. assume nesta Casa.

Por isto tenho a honra de me congratular com V. Exa.

Muito obrigado, sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Temos a satisfação de anunciar a presença no Plenário dos srs. Prefeitos de São Pedro do Ivaí, de Sabaudia e do Vice-Prefeito de Sabaudia.

Encerrada a discussão do Projeto de Lei n.º 123-70. Em votação.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para justificar a ausência dos srs. Deputados no Plenário. Ocorre que o funcionário da identificação aqui se encontra para entregar as carteiras de identidade dos srs. Deputados. Esta a razão pela qual alguns dos srs. Deputados se ausentaram. Não houve qualquer pretensão de me-lindrar a Presidência.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a discussão única da Proposição n.º 123-70. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 2-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 18-70, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que denomina "João Juliani", o Ginásio Estadual da sede do Município de Mirassolva. — Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições nrs. 91-70, 96-70.
Levanta-se a sessão.